



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**VILMA NUNES CORREIA**

**ECONOMIA INFORMAL NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE SOBRE A VIDA DE  
“*MINDJERIS BIDÉRA*” NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19 EM BISSAU**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**VILMA NUNES CORREIA**

**ECONOMIA INFORMAL NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE SOBRE A VIDA DE  
“*MINDJERIS BIDÉRA*” NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19 EM BISSAU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Layla Pedreira Carvalho.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**VILMA NUNES CORREIA**

**ECONOMIA INFORMAL NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE SOBRE A VIDA DE  
“*MINDJERIS BIDÉRA*” NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19 EM BISSAU**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus dos Malês.

Aprovado em: 20 de maio de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Layla Pedreira Carvalho (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira-UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Dourado Bueno (1<sup>a</sup> Examinadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira-UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rutte Tavares Cardoso Andrade (2<sup>a</sup> Examinadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira-UNILAB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>PROBLEMATIZAÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>9</b>
2.1	GERAL	9
2.2	ESPECÍFICOS	9
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>10</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA E DESENHO DE PESQUISA</b>	<b>12</b>
<b>5</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>14</b>
5.1	PANDEMIA DA COVID-19 EM UMA PERSPECTIVA GLOBAL	14
5.2	PANDEMIA DA COVID-19 NO CONTEXTO DOS PALOP	15
5.3	ECONOMIA INFORMAL	17
5.4	PANDEMIA DESDE A PERSPECTIVA DAS MULHERES	19
5.5	PANDEMIA DESDE A PERSPECTIVA DAS MULHERES NO MERCADO INFORMAL	22
<b>6</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>24</b>
	<b>Referências</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa objetiva compreender os impactos da COVID-19 no dia a dia das *mindjeris bideras* que trabalham nos mercados informais em Bissau<sup>1</sup> durante a pandemia, uma vez que o contexto da pandemia é marcado pelas grandes dificuldades quase em todos os setores da atividade humana no mundo. Além de vidas perdidas, a doença aumentou as dificuldades de grupos de pessoas que antes desse período já levavam uma vida dura para garantir a subsistência.

A escolha do tema em estudo justifica-se por razões diversas, no entanto, destaco que enquanto filha de *mindjer bidera*, vivenciei o sacrifício da minha mãe com os trabalhos de *bida* (*compra e venda*) nas feiras para manter o sustento da família. Desta maneira, vejo a relevância de realizar um trabalho acadêmico que possa trazer debates sobre as dificuldades das mulheres *bideras* num contexto tão específico quanto ao da pandemia da COVID-19.

As *Mindjeris Bideras* são as mulheres vendedoras de diferentes produtos (roupas, peixes mariscos de modo geral, frutos de tubérculos como batata, batata doce, cenoura, inhame, legumes tais como alface, cebola, tomate, pimenta, pimentão, alho e berinjela, além de carvão, mancara, perfumes entre outros produtos) nos mercados informais da Guiné Bissau. Essa atividade econômica visa resolver as demandas familiares dessas mulheres em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e, sobretudo, auxiliar na sustentabilidade das despesas familiares. Pesquisar sobre o trabalho e a vida dessas mulheres vai expor a importância que *mindjeris bideiras* têm na sociedade guineense.

As *bideras* que já vinham enfrentado duras lutas para sobrevivência pelas más condições de trabalho; pela falta de saneamento básico, e de infraestrutura adequada nas feiras e pela inexistência de políticas públicas que reconheçam e apoiem suas atividades viram suas vidas piorarem demasiadamente com a chegada da pandemia na capital guineense. Essa piora da situação se deu por contado fechamento dos mercados, feiras e lugares públicos, medidas adotadas pelas autoridades para conter a disseminação do novo vírus, o que afetou diretamente as *bideras* e suas famílias.

---

<sup>1</sup> Trata-se da capital da Guiné-Bissau, um país, ex-colônia portuguesa, localizado na costa ocidental da África, limitado no Norte com a República do Senegal, à leste e sul pela República de Guiné-Conakry e a oeste pelo Oceano Atlântico. A sua superfície é de 36.125km<sup>2</sup>. O País é constituído por uma parte continental e insular, composta por cerca de 80 ilhas. Contém uma diversidade linguística e cultural enorme, conta com mais de duas dezenas de grupos linguísticos autóctones (COUTO & EMBALÓ, 2010).

Esta produção irá se juntar a pouquíssimas referências existentes sobre as bideras guineenses para fazer ecoar a voz das *mindjeris di fera* junto às autoridades locais e a sociedade em geral sobre sua importância na edificação da economia nacional e na construção das condições para a garantia da sustentabilidade familiar, fato que deveria ser digno de atenção especial das autoridades e da sociedade como um todo.

Este texto segue o manual de formatação de produções científicas da UNILAB estando os conteúdos sequenciados em: problematização, objetivos, justificativas, metodologia, referencial teórico, cronograma de atividades e bibliografia.

## 2 PROBLEMATIZAÇÃO

Os efeitos da pandemia têm afetado o mundo de forma drástica e a Guiné-Bissau não é uma exceção. De acordo com a equipe de Animadores/as Comunitários e Coordenação de programas do Comité Nacional para o Abandono de Práticas Nefastas (CNAPN<sup>2</sup>, 2020), a COVID-19 tem impacto negativo nas vidas das pessoas, principalmente em famílias que vivem das rendas resultantes da economia informal, como é o caso daquelas chefiadas por bideras. Sabemos que nesse momento da pandemia muitas famílias estavam em situação de vulnerabilidade, porque não conseguiam sair para os mercados, por causa do decreto emitido pelo Estado no sentido de mitigar a pandemia.

Para realização deste estudo é importante trazer os dados da COVID-19 na Guiné Bissau. Para isso, convém salientar que o ano de 2020 não foi fácil tanto para o cenário internacional, assim como para o nacional. Em 2020, o país já se encontrava em crise política profunda, combinada com a crise econômica que afeta a economia em todo o mundo. A pandemia gerou e adicionou crises de outras ordens à sociedade guineense, como é o caso da ampliação da insegurança alimentar e dos níveis de emprego e renda (GUINÉ-BISSAU, 2020; CAETANO et al., 2021).

---

<sup>2</sup> BALDÉ, Adama et al.. “Trabalhar com as meninas e mulheres é um investimento no desenvolvimento sustentável do país; são elas a maior parte da população guineense que é também quem mais sofre (...)”. Entrevista à Equipa de CNAPN. 2020. Disponível em: <https://popdesenvolvimento.org/entrevistas/851-existe-maior-vulnerabilidade-violencia-discriminacoes-essencial-instituicao-mecanismos-seguimento-alerta-protecao-2.html>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Os dois primeiros casos de COVID-19 no país foram registrados no dia 25 de março de 2020 (GUINÉ-BISSAU, 2020). De acordo com a Reuters Graphics, até o dia 14 de maio de 2022, a Guiné-Bissau havia registrado o número total de 8.215 casos acumulados de infectados pela COVID-19 e 171 vítimas mortais<sup>3</sup>. Com o aumento dos casos no país, em 2022, as autoridades declaram novo estado de alerta por 30 dias que começou no dia 04 de fevereiro de 2022 e terminou no dia 05 março de 2022. O decreto reforçou a obrigatoriedade da vacinação para a parcela da população com 18 anos de idade ou mais, posto que para ter acesso às instituições públicas e privadas, incluindo estabelecimentos de ensino, é obrigatória a comprovação da vacina<sup>4</sup>. O decreto foi ampliado mais duas vezes, com previsão de vigência até 23 de junho de 2022<sup>5</sup>. De acordo com os dados disponibilizado no site do Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o número de pessoas vacinadas com a primeira dose da vacina é de 515.764 até o dia 04 de março de 2022. Os dados atualizados mostram que 339.123 pessoas que receberam duas doses das vacinas.

No âmbito dos Estados nacionais, as medidas necessárias para conter o avanço da pandemia de COVID-19 têm provocado enormes custos com impactos econômicos e sociais para governos, Estados e sociedades. No caso da Guiné-Bissau, um dos países mais pobres do mundo, a pandemia e a implementação dessas medidas geraram grandes desafios em todos os setores das atividades do país, com a previsão de piora em todos os setores da economia de:

efeitos devastadores na saúde, educação e no bem-estar da população. O impacto da pandemia aumentará significativamente a vulnerabilidade do país no que tange ao endividamento. De facto, face a necessidade de financiar as despesas sentir-se-á a necessidade de recorrer cada vez mais aos empréstimos para financiar os défices orçamentais maiores. A queda das receitas pode levar à redução de serviços públicos essenciais durante a pandemia e reduzir ainda mais a atividade económica (GUINÉ-BISSAU, 2020, p. iii).

Os mais prejudicados nesse cenário são as pessoas que atuam na economia informal devido às características do setor e às medidas insuficientes adotadas pelo

---

<sup>3</sup> Informações disponíveis em: <<https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/countries-and-territories/guinea-bissau/>>. Acesso em: 14 maio 2022.

<sup>4</sup> Informações disponíveis em: <[https://www.rtp.pt/noticias/mundo/guine-bissau-declara-estado-de-alerta-e-proibe-eventos-politicos-e-culturais\\_n1382129](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/guine-bissau-declara-estado-de-alerta-e-proibe-eventos-politicos-e-culturais_n1382129)>. Acesso em: 14 maio 2022.

<sup>5</sup> Informações disponíveis em: <<https://www.dw.com/pt-002/COVID-19-guin%C3%A9-bissau-decreta-estado-de-alerta-sanit%C3%A1rio/a-61311049>>. Acesso em 14 maio 2022.

governo guineense (CAETANO et al, 2020). Muitas mulheres e homens que trabalham no sector da economia informal que não tiveram outra fonte de renda para pagar aluguel, escola e alimento para as suas famílias, umavez que a maior parte desses indivíduos possuem apoio limitado do Estado, contando na maioria das vezes com o apoio das comunidades e dos líderes religiosos no contexto das tabancas. As pessoas que dependem da economia informal como os camponeses, produtores dos produtos de primeira necessidade, os pescadores, bideras, entre outros, precisam de vender ou trocaros seus produtos comerciais nos ambientes informais. Esses trabalhadores dependem totalmente das atividades de vendas, com chegada da pandemia de COVID-19 passou a enfrentar dificuldades, por terem sido proibidos de praticarem essas atividades.

Segundo Darame (2020), houve muitas denúncias de espancamentos e brutalidade por parte de policiais contra indivíduos que saíram nas ruas e, eram principalmente as mulheres bideiras que foram pegar as mercadorias para revenderem. Embora, tenha existido o impedimento por parte do Estado, essas pessoas conscientes sabem de que se saíssem nas ruas poderiam ser contaminadas com a doença, mesmo assim, desacataram as orientações das autoridades, não deixaram de ir ao mercado, porque elas sabem que as suas vidas e das famílias dependem daquela atividade, pois, se ficarem em casa, emvez de morrerem da doença, morrem de fome. As bideiras além de contribuírem no processo de crescimento da economia do país por meio de pagamento das taxas (cobrança de feira), são elas que garantem o sustento das suas famílias sem apoio financeiro de algum membro da família.

Como referimos anteriormente, a pandemia afetou todas as áreas da ação humana no país, mas principalmente a das *bideras*. Desta forma, as dificuldadesde sobrevivência ganharam um novo patamar. Lembrando que à responsabilidade de manter as despesas de casa, a maior parte é sustentada pelas *mindjeris bideras*, por conta da falta do emprego e o atraso salarial por parte do governo local, os homens, sendo mais empregados pelo aparelho estatal, não conseguem assumir, de forma regular, as despesas de família (MARTINS, 2018). Este fato condicionou muitas mulheres a decidirem entrar na *bida* (compra e venda), pois esta prática não depende diretamente do Estado, porém com a pandemia de COVID-19, passaram a sentir mais dificuldades paraexercer suas atividades, e de cuidar de seus lares.

Diante das medidas adotadas para o enfrentamento à doença, pode-se

questionar: como manter as pessoas em casa sem condições básicas tais como: sanitárias, de alimentação e de outras necessidades? Contudo, as autoridades optaram por impedir a população de sair nas ruas, mesmo tendo conhecimento da dependência de muitas pessoas à economia de rua para se sobreviverem (CABRAL e BARROS, 2020). Ou seja, como é que o Estado decreta a obrigatoriedade de manter a população em casa sem que o mesmo (Estado) criasse medidas básicas para o sustento dessas famílias que precisam de ir trabalhar e dar a comida para os filhos?

Dado o exposto, a nossa pergunta de pesquisa é: quais são as dificuldades e desafios enfrentados pelas *mindjeris bideras* guineenses no período da pandemia de COVID-19 em Bissau?

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 GERAL

Compreender os impactos de Covid-19 no dia a dia das *mindjeris bideras* que trabalham nos mercados em Bissau durante a pandemia.

### 2.2 ESPECÍFICOS

- Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas *mindjeris bideras* no momento da pandemia de Covid-19;
- Mapear estratégias das *mindjeris bideras* para garantir segurança financeira durante a pandemia;
- Analisar a situação das *mindjeris bideras* no período da pandemia na Guiné-Bissau, em relação ao decreto do Estado emergencial do Governo;
- Investigar a existência das políticas de renda para as *mindjeris bideras* pelo Estado e como tais políticas, caso existam, influenciam a vida das *mindjeris bideras* e de suas famílias.

### 3 JUSTIFICATIVA

A presente investigação sobre *mindjeris bideras* na Guiné-Bissau, justifica-se por vários motivos principalmente a partir da minha experiência pessoal, visto que sou fruto de uma *mindjer bidera* (minha mãe), que trabalha com comércio informal para sustento dos seus filhos. Depois do falecimento do meu pai ela se tornou a única responsável do lar, a sua rotina diária é intensa e a sua carga horária de trabalho é extremamente carregada. A partir desta perspectiva e da minha inserção no ensino superior surgiu a necessidade de analisar, e produzir sobre a vida das mulheres no mercado informal na Guiné-Bissau, observar as suas responsabilidades como mulher, mãe e chefe da família.

O desejo de realizar uma pesquisa sobre as atividades informais realizadas pelas mulheres na Guiné-Bissau sempre foi um sonho. Por conseguinte, o início da pandemia de COVID-19 no país, tal vontade cresceu ainda mais, posto que, depois da publicação do decreto do Estado que decreta estado de emergência e consequentemente expulsão da população guineense das ruas, fato que afetou as atividades dos comerciantes informais, isto é, as práticas de compra-venda nas feiras. Esta realidade colocou mais as *mindjeris bideras* em situação de vulnerabilidade econômica e social, uma vez que essas atividades contribuem para o sustento de suas famílias. Deve-se salientar que o fechamento dos mercados informais também prejudicou a economia nacional.

De acordo com Caetano et al. (2020), as mulheres e famílias que dependeram do setor informal tiveram dificuldades de abraçar todas as medidas decretadas pelo Estado, uma vez que essa pandemia de COVID-19 dobrou as dificuldades por conta do decreto de Estado que impedia a elas de saírem para fazer *bida*, com todo o impedimento dos policiais nas ruas, o risco de contrair o vírus, elas não deixaram de ir aos locais de venda para garantir o pão diário, pagar escola dos filhos e aluguel de casa.

Além disso, como é óbvio, da responsabilidade do Estado criar uma proposta de enfrentamento à pandemia para que os cidadãos possam ter mais segurança no exercício das suas atividades. Em relação às *bideiras*, precisam ser tratadas com dignidade nos locais do trabalho e na sociedade, porque além de serem responsáveis de famílias contribuem grandemente para o crescimento econômico do país.

Este estudo explorará outras fontes já existentes e que debruçaram sobre as

dificuldades enfrentadas pelas mulheres em diferentes sectores da vida social, como veremos em seguida.

Na abordagem da Nzalé (2018), os desafios que as mulheres enfrentam nesta prática de compra e venda dos seus produtos são enormes, mesmo quando não estão bem de saúde não deixam de ir ao mercado, porque temem correr o risco de deixar os filhos sem comida, já que esse é o lugar exclusivo que traz soluções financeiras. Ainda acrescenta que essas *mindjeris* costumam levantar a partir das cinco horas da manhã a fim de irem comprar para poderem revender os produtos necessários.

Em termos de segurança, as *mindjeris bideras* sofrem muitos riscos de vida por causa dos horários já referidos. Em muitos casos, costumam sair de casa sem acompanhantes, por vezes acabam por sofrer assaltos e abusos dos bandidos que em poucos casos são identificados.

Para Sanca (2014), essas mulheres não possuem nenhuma garantia de segurança. Todavia, mesmo com todos os perigos que elas enfrentam, não desistem de batalhar para garantir o sustento à família e ter autonomia financeira. Em conformidade com Martins (2018), as dificuldades dessas mulheres no mercado contam também com a higienização do espaço onde elas vendem os seus produtos, neste caso, refere-se às feirantes, onde elas pagam um preço para a Câmara Municipal de Bissau (CMB), mas cobradores não costumam limpar o espaço das vendas dessas mulheres. Além das que vendem no passeio que também correm riscos do atropelamento dos carros.

Vale reforçar que na concepção de Sanhá (2019), as *mindjeris bideras* passam dificuldades não só como mães, mas também como responsáveis financeiras de família. Em muitas das ocasiões, não têm com quem deixar os seus filhos em casa, por isso, são obrigadas a carregar as crianças nas costas, sendo que não possuem lugar fixo para expor os seus produtos, por conta disso, caminham com os filhos nas costas de baixo do sol ou da chuva na procura do mantimento para a família por meio de compra-venda e revenda dos produtos.

Diante do exposto sobre o quotidiano das mulheres antes da pandemia, esta investigação pretende abordar as dificuldades das *bideras* no contexto da pandemia condicionada pela COVID-19 visto que com a crise sanitária, as dificuldades multiplicaram, pois, além de correrem o perigo de contrair a doença, podem ser violentadas seja sexualmente, seja de outras formas, sendo que abusos contra mulheres e menores têm aumentado cada vez mais no país.

Desta forma, esta investigação contribuirá em ajudar a compreender as dificuldades que *mindjeris bideiras* passam nos seus espaços de trabalho, visto que apresentará uma perspectiva inovadora para futuros pesquisadores que pretendem escrever sobre papel das mulheres no mercado informal. Além de servir como referência para trabalhos acadêmicos desta natureza.

#### **4 METODOLOGIA E DESENHO DE PESQUISA**

Para a realização deste estudo, pretendemos usar a abordagem qualitativa, de caráter descritivo. Conforme Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de uma determinada realidade social. Nessa abordagem, da Silva et al, (2009), demonstram que é preciso ter a relação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, que ainda é decorrido por afinidades de poder que forma um andamento de diálogo das suas experiências. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa optam-se ao pressuposto de um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Para o embasamento teórico, faremos o levantamento bibliográfico de literaturas que já abordaram essa temática. Conforme Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada sobre determinado tema, em forma de livros, revistas, produção acadêmica, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, para a presente pesquisa. O levantamento bibliográfico por ser um passo inicial numa pesquisa, esse passo possibilitará que a nossa investigação obtenha acesso a outras bibliografias referentes à mesma temática.

Como forma de contextualizar as ações desenvolvidas pelo governo guineense, faremos análise de documentos e de normas publicadas durante o período da pandemia (2020-2022), sobretudo aqueles que afetam diretamente o trabalho das *mindjeris bideiras* em seu cotidiano. Para Junior et al. (2021), a análise documental é uma forma de pesquisa que permite à pesquisadora trabalhar com diferentes fontes que podem ajudar no decorrer do trabalho como: “leis, fotos, vídeos, jornais”, documentários entre outros. Este formato permite o uso de outros trabalhos científicos

publicados nas diferentes editoras para aprofundar as observações. Usaremos os documentos do Governo da Guiné-Bissau produzidos durante o período da pandemia em particular leis, decretos, textos de programas voltados para vídeos, pronunciamentos oficiais produzidos durante a pandemia da COVID-19.

De forma a acessar diretamente os efeitos da pandemia de COVID-19 entre as *mindjeris bideras*, recorreremos ao uso de entrevistas semiestruturadas. De acordo com Gil (2008, p. 2), a entrevista pode ser definida “como uma técnica que permite ao pesquisador se apresentar frente a frente com o entrevistado” e lhe formular perguntas com base no seu objetivo da pesquisa. Esse tipo de pesquisa não serve só para coletar os dados sobre assuntos, mas, também possibilita que a pessoa entrevistada se torne fonte das informações.

As entrevistas semiestruturadas de acordo com Quaresma (2005) consistem em um modelo de entrevista aberto onde o entrevistador realiza vários tipos de questionamentos à pessoa entrevistada sem necessidade de seguir exatamente uma lista de perguntas previsto para entrevista, ou seja, é um modelo de entrevista em que entrevistadora da oportunidade para entrevistada falar à vontade e de forma livre sobre o assunto amplo da entrevista. Sua vantagem é que a conversa entre entrevistadora e entrevistada consegue ser mais flexível sem deixar de lado a estratégia e perguntas elaborado para aquele momento.

Em princípio e preferencialmente, caso haja disponibilidade de recursos, a pesquisa de campo será realizada na Guiné-Bissau com as mulheres de diferentes mercados de Bissau, para expressarem sobre suas rotinas cotidianas. Faremos a entrevista com doze mulheres, com idade de vinte cinco a cinquenta anos, nos mercados de Bandim, Caracol, Bairro Militar e Praça dos heróis nacionais em Bissau, pretendo fazer também a entrevista no *lumo* de Bula que fica na região próximo da cidade de Bissau. Caso não seja possível a ida até a Guiné-Bissau faremos o uso de ferramentas on-line, tais como Google Meet, WhatsApp e outras versões disponíveis no período em que as entrevistas serão realizadas.

As entrevistas serão transcritas e categorizadas no sentido de entender os impactos da Covid-19 na vida das *mindjeris bideras* em termos de COVID-19, suas estratégias para lidar com o cenário de múltiplas crises, assim como entender sua interpretação em torno dos decretos expedidos pelo governo guineense e sua perspectiva sobre quais deveriam ser as ações adotadas pelo governo ao longo da pandemia.

## 5 REFERENCIAL TEÓRICO

### 5.1 PANDEMIA DA COVID-19 EM UMA PERSPECTIVA GLOBAL

A descoberta do adoecimento por coronavírus foi detectada inicialmente em dezembro de 2019, na Ásia cidade de Wuhan China, identificada como pneumonia provocado por um novo coronavírus, tendo sido declarada uma epidemia, pelas características de transmissão. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizou o surto do coronavírus como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional<sup>6</sup>. Em 11 de março de 2020, com o coronavírus presente em 114 países, a OMS caracterizou a COVID-19 como uma pandemia (SCHUCHMANN et al, 2020; OPAS, 2020). Até 14 de maio de 2022, foram registrados, de acordo com o Instituto para Redução de Riscos e Desastres de Pernambuco (IRRD), 520.278.701 casos confirmados de COVID-29, com 6.286.535 milhões de óbitos decorrentes de infecções pelo coronavírus<sup>7</sup>. Em África, de acordo com a Reuters Graphic, foram registradas mais de 12 milhões de infecções e 253.000 mortes em decorrência da COVID-19.

Caetano et al (2020) apontam que a COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo vírus SARSCoV-2 e tem, entre outros, como principais sinais: sintomas respiratórios agudos graves, dores de cabeça e dores musculares. Dada a falta de conhecimento científico e de imunidade à COVID-19, os primeiros países atingidos pelo COVID-19 depararam-se com grandes dificuldades de “esgotamento do sistema hospitalar visto a alta transmissibilidade da doença e necessidade de internação e suporte de UTI por parte dos infectados” (SCHUCHMANN et al., 2020, p.3563).

A pandemia de COVID-19 provocou mudanças em diversas áreas humanas, desde a relação humana, aumento na desigualdade social e principalmente nos países em desenvolvimento como no caso da Guiné-Bissau. Para Neto et al (2020), o ensino/estudo remoto que pegou muita gente despreparado para lidar com os aparelhos tecnológicos e provoca muitas dificuldades, tanto nos alunos assim como nos docentes esse processo foi um período muito difícil do que o mundo imaginava.

A COVID-19 deixou o mundo desestabilizado com ampliação das

---

<sup>6</sup> Dados sobre histórico da pandemia de COVID-19 disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>.

<sup>7</sup> Dados disponíveis em: <<https://www.irrd.org/covid-19/#mundo>> Acesso em: 14 maio 2022.

desigualdades de diversas naturezas; aumento do desemprego, da violência, da insegurança alimentar e nutricional. Os desafios a nós impostos demandam um exercício de revisão das nossas atitudes em relação ao uso do planeta terra e pensar a humanidade de uma maneira mais diversa, sendo necessário entender que o Planeta precisa do uso responsável de seus recursos por parte de todos os seres que nele se encontram, que não devem pensar explorar tudo sem respeitar ou preservar os ecossistemas.

## 5.2 PANDEMIA DA COVID-19 NO CONTEXTO DOS PALOP

Em conformidade com Ziegler (2020), a eficácia das respostas à pandemia do novo coronavírus “tem sido medida pelo número de casos e de mortes pela doença, assim como pelo “achatamento da curva”. Contudo, não há consenso na comunidade acadêmica em considerar apenas tais medidas como bons parâmetros para se pensar o enfrentamento e mitigação da pandemia. De acordo com o mesmo estudo, as estratégias de enfrentamento a doença tendem a ser idênticas em todo o mundo dadas as características da Covid-19. Entretanto, há uma necessidade de verificar as estratégias considerando as características das regiões/países a que se pretende aplicar as técnicas de enfrentamento. Assim como no mundo todo, em África os países adotaram as medidas de enfrentamento à pandemia da COVID-19.

Desde logo tendo em conta que a larga maioria dos países africanos (enão só) avançaram na direção das restrições das liberdades – mediante Declaração do Estado de Emergência; o isolamento social - paralisação de aulas e outras atividades ou formas de concentração de pessoas; e, principalmente, o bloqueio na entrada de pessoas com proveniência dos principais centros de contágio (entre outros, China e Itália com maior destaque). Assim como a maioria dos países avançaram na direção das medidas socioeconómicas e coesão (CONGO, 2020, p. 5)

A título de exemplo, cito alguns países do PALOP – Angola, Moçambique e Guiné-Bissau que veremos em seguida as medidas tomadas em cada localidade.

Em Angola, desde o princípio do ano 2020 haviam sido adotados planos de combate ao novo vírus. Foi estipulado, então, 14 dias de quarentena institucional para passageiros oriundos da República Popular da China. Esta medida de enfrentamento viria a ser ampliada com o passar dos tempos para passageiros cujas origens eram de outros países afetados fortemente pelo novocoronavírus, entretanto, as exigências

assumiram outros traços, ou seja, a quarentena institucional passou-se a ser quarentena domiciliar, por conta da falta de infraestruturas suficiente para atender as demandas. Outra medida adotada pelas autoridades é o confinamento total/lockdown como forma de conter o avanço da pandemia provocada pela Covid-19 (CONGO, 2020).

Conforme Congo (2020), ao todo foram quatro fases de macros medidas para mitigação da Covid-19 em Angola. A primeira fase foi marcada por criação da Comissão Interministerial para a Resposta à Epidemia por Covid-19 (CIREC) em janeiro de 2020, a aprovação do Plano Nacional de Contingência para o Controlo da Epidemia de Doença por Coronavírus (PNCCEDC) em fevereiro de 2020, quarentena institucional e domiciliar em fevereiro e março de 2020 e a implementação da medida de lockdown em março de 2020.

O presidente da república de Angola decretou estado de emergência no dia 27 de março de 2020. As medidas adotadas pelo Estado angolano para conter o avanço da pandemia incluíam a recomendação do uso de máscaras nos espaços públicos, a proibição da venda ambulante, locais de culto, escolas transportes coletivos, entre outros (Diário da República, 2020).

Em Moçambique, o presidente da república decretou o estado de emergência do dia 30 de março ao 30 de abril do ano 2020. De acordo com Boletim Oficial da República, de 24 de setembro de 2021, o governo moçambicano declarou medidas para conter o avanço da pandemia de COVID-19, em que estipulou a obrigatoriedade de uso de máscara em todos locais públicos, nos transportes, nos mercados, além da proibição da realização dos eventos públicos ou privados como: cultos religiosos, atividades culturais, desportivas, políticas, escolas, entre outros para reduzir a contaminação entre os indivíduos. No entanto, este decreto ganhou novas alterações, pois com evoluir da situação, as autoridades decidiram decretar mais medidas sanitárias:

O estado de emergência foi prorrogado três vezes, conforme estabelecido pela Constituição da República, sendo um deles até 29 de julho de 2020. Segundo o Boletim da República supracitado, o seu estabelecimento foi “por razões de calamidade pública em todo o território nacional” em virtude do “novo coronavírus” ter “alta taxa de morbimortalidade” e grande “impacto social e econômico”. Por conseguinte, justifica-se a tomada de “medidas urgentes de contenção” com o objetivo de “salvaguardar a vida e saúde pública.” (MHAMONA & MANJATE. p.41, 2020).

Foi necessário, sim, estabelecer medidas que previnam o avanço da pandemia e evitem perdas humanas, entretanto, não se deve esquecer que muitas famílias pobres acabam sendo prejudicadas pelas medidas tomadas pelas autoridades sanitárias, visto que elas não dispõem de condições que lhes possibilitem conservar os alimentos que poderão lhes manter em casa pelo tempo suficiente.

Na Guiné-Bissau o presidente Umaro Sissoco Embaló decretou o estado de emergência, de acordo com Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau, de 16 de junho de 2020. O artigo 1º do Decreto determina o início do estado de emergência no dia 27 de março de 2020, com objetivos de salvaguardar a vida da população naquele momento. As autoridades exigiram medidas protetivas como o uso de máscaras, a higienização das mãos e o distanciamento social, como também decidiram fechar as fronteiras com os países vizinhos. As escolas, restaurantes, igrejas, transportes públicos e os comércios locais foram fechados, como medidas para conter o avanço da pandemia.

Sobre este assunto, Caetano et al. (2020) afirmam que no momento da chegada da pandemia provocado pelo novo coronavírus as condições precárias de funcionamento do país tornam-se ainda mais evidentes. No caso da saúde, o Ministério de Saúde não estava equipado para enfrentar o vírus e era necessário desenvolver um estudo mais ligado a área sanitária e aumentar outros novos profissionais de saúde, ou seja, além de aumentar os profissionais ligados à área de combate à doença era necessário também equipamentos para proteção dos profissionais sobre doença, mas o país não estava na condição para responder essas demandas que o mundo enfrenta.

Diante do desafio para conter a disseminação da COVID-19 e a falta de recursos – financeiros e de conhecimento científico sobre a doença – para fazer frente à pandemia, o presidente da república guineense opta pela compra de um medicamento tradicional: o chá de Madagáscar. Caetano et al. (2020) enfatizaram que os acadêmicos guineenses não concordaram com a compra do chá de Madagascar para ser usado no país, porque, não há comprovação científica que este medicamento tradicional seja eficaz para o combate ao coronavírus.

### 5.3 ECONOMIA INFORMAL

É difícil falar do desenvolvimento em África sem incluir a economia informal,

porque, podemos dizer que grande parte de populações africanas sobrevivem do sector informal. Posto que, esse setor vem sendo servindo de refúgio para essas populações, tendo conta a alta taxa de desemprego no aparelho de economia formal. De acordo com Da Silva (2010), é difícil falar do crescimento econômico em África deixar de lado setor do mercado informal devido as falhar dos modelos políticas monetárias implementadas no continente. Vale salientar que como, quase todos os países africanos foram ex-colônias de grandes metrópoles europeus.

Assim, os colonizadores levaram modelos que não correspondem com realidades africanas, isso reflete muito nas sobrevivências das populações que sofrem com falta de empregos. Nessa condição, as mulheres ficam em posições mais precárias e de menos prestígio social no mercado de trabalho tanto formal quanto informal.

Da Silva (2010) demonstra que a importância da economia informal foi reconhecida pela “Organização Internacional do trabalho (OIT) na décima quinta Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, ocorrida em Genebra em 1993, em que se definiu o sector informal para fins estatísticos como uma área de emprego”. (Da Silva, 2010 p.14). A economia informal desempenha papel fundamental na economia, mas o setor é muito desvalorizado por parte do Estado e de status social.

Silva ainda explica que é difícil dar uma definição exata sobre a economia informal, ou seja, não existe uma definição geral. Contudo, podemos defini-lo como uma empresa não registrada ou que não tem reconhecimento social. Entretanto, este setor não limita somente em economia, mas se expande para outras áreas de atividades políticas, culturais e entre outras. Assim, percebe-se que os trabalhadores desse setor não possuem carteira assinado como reconhecimento do Estado assim como acontece com os funcionários do serviço público.

Segundo Bureau Internacional do Trabalho em Genebra (2014), o desenvolvimento da economia informal, num contexto de alta taxa dos desempregos e aumento de pobreza, de desigualdade de gênero e de trabalho precário da população, desempenha um papel significativo. Como um setor com de menos dificuldade para acesso de parte de pessoas com baixa requisito de educação formal. Muitas pessoas não entram no setor como melhor escolha, mas podemos dizer como uma necessidade de subsistência. Esse fato se relaciona com aspectos de cultura local. Na Guiné-Bissau, questão cultural é muito forte na qual as meninas são criadas para tornar a dona de casa; elas não têm grandes oportunidades para estudar como

os meninos. Com isso, podemos trazer desigualdade de gênero para pensar como as mulheres são visualizadas tanto no núcleo familiar assim como no aparelho estatal, porque é difícil trazer informações sobre *mindjeris bideras* sem incluir desigualdade de gênero como fator principal.

#### 5.4 PANDEMIA DESDE A PERSPECTIVA DAS MULHERES

As desigualdades de gênero sempre existiram nas sociedades, agora com a chegada da pandemia elas ficaram ainda mais evidentes. Na perspectiva de Nogueira & Gregório (2020), a pandemia mais afetou as mulheres do que os homens como no caso do isolamento social as pessoas passaram todo o tempo em casa, as atividades das mulheres intensificaram, uma vez que elas têm que fazer trabalhos domésticos, cuidar do lar, dos filhos e do marido, por isso, os impactos para elas são maiores do que para os homens.

As autoras apontam que as mulheres vêm mostrando à sociedade que além do trabalho doméstico e de cuidar do lar, elas possuem um papel muito fundamental mais uma vez: “são capazes de batalhar lado a lado com os homens em todos os domínios” (Nogueira & Gregório, 2020 p. 55), principalmente, na linha de frente ao combate à COVID-19, mesmo enfrentando o perigo de contaminação pela doença.

Desde os tempos remotos as mulheres são consideradas pelas sociedades patriarcais como indivíduos mais frágeis, que não são capazes de estar no mesmo nível que os homens. Esse pensamento permanece até nos dias atuais na sociedade, infelizmente! Para Nogueira & Gregório (2020), afirmam que, ainda existem homens com comportamento machista que portam no ambiente familiar como se fossem um verdadeiro chefe de família em que a mulher é considerada a responsável para cuidar dos filhos e de trabalho doméstica. Os fatos apontados pelos autores podem ser considerados como fatores influenciadores para que os filhos cresçam com o pensamento de que a mulher deve cuidar de casa e que o homem deve jogar a bola ou estudar, por exemplo.

A divisão social do trabalho é a marca imposta pelo capitalismo aos modos de produção na sociedade capital que se apoia na divisão de tarefas entre homens e mulheres. Para Nogueira e Passos, a sociedade capitalista utiliza dessa “dinâmica de diferenciação com o intuito de hierarquizar as atividades e assim ampliar a exploração/opressão entre homens e mulheres e entre mulheres brancas e mulheres

negras” (2020, p. 3). A relação entre as diferenças existe tanto no espaço da produção assim como em outras arenas das sociedades, o que implica que existem algumas áreas predefinidas para as mulheres e outras para os homens. É notório que essa mesma divisão se faça em termos trabalhos específicos para as mulheres brancas e outros para as mulheres negras.

Kergoat (2003), define a divisão sexual do trabalho como forma de separação de atividades com base em aspectos característicos sociais e de gênero de um indivíduo na sociedade, portanto, tal escolha reserva ao homem o lugar do mais forte, conseqüentemente, à mulher, a mais fraca. No entanto, é impossível falar de divisão do sexual do trabalho sem incluir debate sobre divisão racial do trabalho porque faz parte dos pilares do modo de produção do sistema capitalista.

A divisão racial do trabalho consiste em que a mulher negra apresenta piores condições do trabalho em que a sociedade inferioriza e discrimina trabalhadoras, nós chamamos de discriminação racial. No que diz respeito ao trabalho da mulher negra, muitas das vezes elas ocupam lugar menos de destaque em todos os aparelhos estatais, de forma contrária, as mulheres brancas são mais privilegiadas.

Em conformidade com Nascimento e Gonçalves (2021, p. 280), no contexto brasileiro, mesmo com a abolição, hoje em dia, a “escravidão permanece na sociedade onde determina os lugares ocupados pelos negros” refere-se aos lugares com menos prestígio e de mais baixos rendimentos salariais. As autoras realçam que no tempo do capitalismo os senhores escravocratas consideravam as mulheres negras como força de trabalho capazes de efetuar ofícios na produção, interpretavam o corpo das negras como elemento produtivo para o crescimento patrimonial. Desta maneira, as mulheres negras foram sendo desumanizadas, acima de tudo, colocadas em posições de subalternidade em relação aos homens.

A intelectual nigeriana Oyèrónkè Oyêwúmi (2004) traz alguns questionamentos sobre o debate em torno do gênero e da divisão sexual do trabalho nas culturas africanas. A autora aponta que a perspectiva da divisão sexual do trabalho vincula-se a uma interpretação nuclear do funcionamento da família patriarcal, padrão europeu de organização familiar que não encontra similar nas sociedades pré-coloniais no contexto africano. Oyêwúmi defende que em algumas culturas africanas o conceito da mulher é associado a maternidade, uma maternidade descolada da ideia de ser esposa, “definida como uma relação de descendência, não como uma relação sexual com um homem” (OYÊWÚMI 2004, p.5).

Nessa perspectiva, a maternidade não implica a definição a priori das atividades realizadas pelas mulheres, que podem atuar (e atuavam historicamente) em atividades diversificadas, incluídas as dinâmicas de comércio de curta e longa distância. Para as mulheres africanas, as partilhas da responsabilidade no cuidado com as crianças em famílias não-nucleares permitiam às mulheres ocuparem espaços e atividades variadas, diferentemente do que se percebe nas sociedades europeias.

A divisão de trabalho na sociedade guineense coaduna-se com o que aponta Oyêwúmi, mas é um dos fatores que coloca as mulheres em desvantagem, quando comparadas aos homens. Além de ser justificada como algo herdado dos nossos ancestrais, cultural e imutável, em que a classe feminina é encarregada pelas tarefas domésticas e a masculina de outros trabalhos considerados pesados e de defesa da família. Nas zonas rurais (aldeias/tabancas), por exemplo, as mulheres são responsáveis pelos preparos de refeições para toda a família, plantação das sementes, enquanto que os homens cuidam dos trabalhos de campo, como a preparação de terrenos para alavoura e a própria lavoura.

Entretanto, as mulheres também fazem em muitos casos os mesmos trabalhos que os homens, mesmo assim, fazem as tarefas domésticas, algo difícil de ser feito pelos homens, havendo maior fluidez na atribuição das tarefas, com sobrecarga de trabalho superior para as mulheres.

Este trabalho, além de ter foco nas mulheres bideras guineenses aponta também a opressão, racismo e preconceito contra as mulheres principalmente negras, entretanto essa interiorização contra mulheres negras existe em todos os lados, o trabalho das mulheres negras e pobres são limitadas aos trabalhos domésticos, cuidar dos filhos dos patrões, na faxina, varredoras de rua e entre outras.

Como apontamos anteriormente, na Guiné-Bissau, as consequências das medidas de enfrentamento à COVID-19 pioram a condição das mulheres bideiras, posto que o fechamento dos mercados e feiras impactam profundamente as atividades informais do país.

Portanto, as mulheres bideras ficaram sem campo de ação, diferentemente de muitos homens que tiveram acesso à formação acadêmica e profissional, tendo trabalhos no aparelho estatal, sendo seus salários assegurados pelo governo, desta forma, mesmo em tempos da pandemia, eles continuam exercendo as suas funções, fato que torna cada vez mais a sociedade guineense cruel e insensível à construção da mulher.

Por outro lado, a chegada da pandemia interrompeu o ciclo de apoio das mulheres que tiveram oportunidades de trabalhar nas escolas/creches e recebiam ajuda dos custos, assim, com o isolamento social elas acabam por ficarem casa e encarregar das atividades domésticas. Desta maneira, as condições delas ficam cada vez mais cansativo, tendo em conta os cortes de auxílios recebidos pelas redes de apoios provenientes de outras mulheres (INSFRAN, & MUNIZ, 2020).

Em conformidade com essa ideia pode-se afirmar que os encargos domésticos acabam por subcarregar as mulheres guineenses no período de isolamento social. Isso aumentou a desigualdade de gênero no seio familiar, sendo as mulheres as menos favorecidas.

## 5.5 PANDEMIA DESDE A PERSPECTIVA DAS MULHERES NO MERCADO INFORMAL

A pesquisa nos convida a compreender as dificuldades das mulheres vendedoras na pandemia. O percurso delas é muito intenso no dia-a-dia, mas com chegada desse vírus e do decreto do Estado não tem sido fácil as suas atividades. Nesse caso, através desta pesquisa debruçar-nos-emos sobre as dificuldades das mulheres que atuam no comércio informal em outros países.

Contudo, a pandemia não afetou só as mulheres bideiras da Guiné-Bissau, mas sim as vendedoras de todo o mundo. Para Telo (2021), as mulheres zungueras sofreram com esta pandemia, principalmente, com impedimento por parte do Estado angolano para sair nas ruas à procura de sustento dos seus familiares através das práticas de vendas ambulantes.

Por outro lado, os efeitos da pandemia geraram dificuldades adicionais ao exercício da zunga para as mulheres entrevistadas, desde dificuldades com os fornecedores até a limitação da sua ação, houve necessidade de adaptação às alterações do mercado. Pelo facto de não terem outra fonte de renda, por se tratar de uma atividade imperativa de sobrevivência, estas não cogitaram desistir da venda ambulante (TELO, 2021, p.20).

Essas mulheres apresentaram diversas dificuldades, porque muitas delas são chefes das famílias, assim, nas compras e vendas dos seus produtos que elas conseguem pagar aluguel da casa, escola dos filhos, pois, a grande parte delas tem marido no aparelho do Estado com o atraso do salário dos maridos, as mulheres a

assumam a despesa da casa, entretanto, com a pandemia tudo tornou mais difícil de gerir.

De acordo com a organização Ondjango Feminista (2020), a compreensão de COVID-19 em Angola requer uma indignação sobre tamanho da população local que sobrevive das vendas ambulantes e como outros trabalhos informais que esforçaram sem contrato formal de trabalho “sem vínculo empregatício sem direito a proteção” essas mulheres dependem da venda dos seus produtos para sustento de casa.

O caso em Moçambique não foi diferente. Na abordagem da Villar-Toribio (2021, p. 4), a pandemia comprometeu mais as mulheres que possuem a fonte de renda na economia informal, porque são obrigadas a cumprir as recomendações do distanciamento social, medida imposta pelo Estado para travar a descriminação da doença (COVID-19). O fecho das fronteiras com os “países vizinhos da África do Sul” fez com que essas mulheres não pudessem compraros seus produtos para revender no mercado interno. Esse fato, então, piorou a condição econômica da mulher moçambicana.

Na abordagem de GOMES (2012), a economia informal constitui uma das atividades de subsistência do povo guineense. Assim, a grande parte das atividades de venda dessas mulheres tem lugar nos “*lumos*”, mercados (feiras) e muitas das vezes os artistas fazem suas exposições nesses lugares. Para CAMARA (2010), os “*lumos*” são formas de organização do mercado de grande componente, onde as populações levam os seus produtos para vender em preços acessíveis.

Tendo em vista os fatos mencionados, a nossa proposta de estudo abre uma possibilidade de construir uma referência atual que pauta pela descrição das atividades efetuadas pelas mulheres *bideras* na Guiné-Bissau e pela identificação das dificuldades enfrentadas por elas especificamente no contexto da pandemia.

## 6 CRONOGRAMA

Atividade	TCC I	TCC II	TCC III
Levantamento bibliográfico	X		
Coleta de dados: busca de documentos	X	X	
Categorização dos documentos		X	
Realização de entrevistas		X	
Transcrição das entrevistas	X	X	
Categorização das entrevistas		X	
Análise dos dados		X	X
Produção do texto da monografia	X	X	X
Entrega da monografia			X
Defesa da monografia			X

## Referências

AGÊNCIA LUSA. Covid-19: **ONG denuncia violência policial na Guiné-Bissau**. Bonn: DW, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/COVID-19-ong-denuncia-violencia-policialna-guine-bissau/a-53463546>. Acesso em: 12 maio 2022.

ANGOLA. Diário da república. **Decreto Presidencial n.º 142/20**. Órgão oficial da república de angola. I Série – n.º 70. Angola, 2020.

BALDÉ, Adama et al.. **“Trabalhar com as meninas e mulheres é um investimento no desenvolvimento sustentável do país; são elas a maior parte da população guineense que é também quem mais sofre (...)”**. Entrevista à Equipa de CNAPN. 2020. Disponível em: <https://popdesenvolvimento.org/entrevistas/851-existe-maior-vulnerabilidade-violencia-discriminacoes-essencial-instituicao-mecanismos-seguimento-alerta-protecao-2.html>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

BUREAU Internacional Do Trabalho – Genebra. **Transição da economia informal para a economia formal. Conferência Internacional do Trabalho**, 103ª Sessão, 2014.

CAETANO Liodinilde Pinto; OLIVEIRA Renata Lima; TAMBA Tino; GOMES Peti Mama; VAZ Farâ, MONTEIRO Ivanilson; MALOMALO Bas’lele. A COVID 19 EM GUINÉ-BISSAU: conjuntura econômica, social e política do país e a garantidos direitos social. **Rev. Simbio-Logias**, v. 12, Nr. 16- 2020.

CAMARA, Samba Tenem. **Estatuto, Funcionamento e Organização dos Mercado Periódicos na Guiné-Bissau de Caso no Lumo de Mafanco**, Instituto Universitário de Lisboa, 2010.

CONGO, Mateus Paulo. Estudo sobre a pandemia da COVID-19 nos países lusófonos desafios e oportunidades *“Políticas públicas para mitigação da pandemia Covid-19 em Angola”*. **CEADI**, 2020.

COVID- 19: Guiné-Bissau vai adquirir produto tradicional de Madagáscar contra Covid-19. <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-vai-adquirir-produto-tradicional-de-madag%C3%A1scar-contra-COVID-19/a-53258479>. Acessado no dia 20 de janeiro 2022.

COVID-19, Histórico de dados. <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/countries-and-territories/guinea-bissau/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

DA SILMA. Omarildo Luís. **O Impacto Da Economia Informal No Processo De Desenvolvimento Na África Subsaariana**. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. 2010.

DEUTSCHE WELLE. Covid-19: **Sissoco Embaló declara estado de emergência na Guiné-Bissau**, 2020b. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/COVID-19-sissocoembal%C3%B3-declara-estado-de->

emerg%C3%Aancia- na guin%C3%A9-bissau/a- 52945653>. Acesso em: 20 fev. 2021.

DIAS, Talismã Nice Fero Gomes. **Gênero e educação: Representação da Mulher nos Livros Didáticos do Ensino Básico dos 1o e 2o ciclos na Guiné- Bissau.** Universidade de Lisboa. 2021.

DO NASCIMENTO, Tamires Guimarães; GONÇALVES, Renata. Entre a divisão sexual e a divisão racial do trabalho: a precarização das relações de trabalho das mulheres negras. **Revista O Público e o Privado.** 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (organizadores). **Métodos de Pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Sexta edição são Paulo editora altas S.A. 2008.

GOMES, Patrícia Godinho. **As mulheres do Sector Informal. Experiências da Guiné-Bissau.** Disponível em: <<https://www.academia-de-COVID-19-agrava-situa%C3%A7%C3%A3o-das-vendedoras-ambulantes-em-angola/a-54943154>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

GUINÉ-BISSAU. **Boletim Oficial suplemento, n. 25.** Bissau, 16 de junho de 2020.

GUINÉ-BISSAU. Ministério das finanças. **Avaliação do impacto da pandemia COVID-19 na economia da Guiné-Bissau.** Maio 2020.

INSFRAN, Fernanda Fochi Nogueira; MUNIZ, Ana Guimarães Correa Ramos. Maternagem e COVID-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia. **Diversitates - revista internacional.** Vol. 12, n. 2 junho/dezembro 2020.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise Documental como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.44, p.36 - 51/2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In.* SUPLICY, Marta. Et al. (Orgs). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: Desafios para as políticas públicas.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LAKATOS, Eva. Maria. MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamento da Metodologia Científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Alice Maria Dias da Silva. ALMEIDA, Maria Cecília de Puntel. LIMA, Cristiane Cauduro. **A Utilização da Observação Participante e da Entrevista Semi-estruturada na Pesquisa em Enfermagem.** Relato de Experiência. Porto Alegre 1999.

MARTINS, Rosiani. Sanca. **Participação das mulheres guineenses no mercado informal e suas contribuições para o crescimento da economia dopaís (1994-2010)**, Trabalho de conclusão de curso. UNILAB, São Francisco do Conde, 2018.

MOÇAMBIQUE. **Boletim da República**: *publicação oficial da república de Moçambique*. E.P, Imprensa nacional de Moçambique. I série – número 185. Moçambique, 24 de setembro de 2021.

NHAMONA, Elídio; MANJATE, Teresa. O Provérbio e a Retórica da Prevenção Contra a Covid-19 Durante o Estado de Emergência nas Cidades de Maputo e da Matola (Moçambique). *In*. SILVA FILHO, Antônio Vieira da. Et al. (Orgs). **Ensaio interdisciplinares em humanidades**. Rio de Janeiro, 1ª edição. Vol. IV. 2020.

NOGUEIRA, Luíza Souto; GREGORIO, Mariana Orsini Simonetti Di. Desigualdade de gênero e COVID-19: Os reflexos da pandemia na vida dasmulheres. **Revista chilena de derecho y ciencia política**, dezembro de 2020, vol. 11 n. 2. pp 44-60.

NOTA INFORMATIVA: A crise do COVID-19 e a economia informal: Respostas imediatas e desafios políticos. 2020.

NOUGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia: **A DIVISÃO SOCIOSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO NO CENÁRIO DE EPIDEMIA DA COVID-19**: considerações a partir de Heleieth Saffioti. 2020.

NZALÉ, Patrícia. **Mindjeris Bideiras: Trabalho Informal, Gênero e Desenvolvimento Social na Guiné-Bissau**, Trabalho de Conclusão do Curso, São Francisco do Conde. UNILAB, São Francisco de Conde, 2018.

ONDJANGO, Feminista. **Resistência Económicas das Mulheres, um desafio diário**. 4ª edição 2020.

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID 19**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. 2019>.

OYÈWÚMI, Oyèronké. **Conceituando o Gênero: os FundamentosEurocêntricos dos Conceitos Feministas e o Desafio das Epistemologias Africanas**. Volume 1, Dakar, Codesria, 2004.

QUARESMA, Valdete Boni; SÍLVIA, Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2, nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

SANCA, Ilda. **A Inserção das Mulheres no Mercado do Trabalho na Guiné-Bissau** Trabalho de Conclusão do Curso de Administração, Porto- Alegre 2014.  
SÁ-SILVA, j.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciência Social**, v. 1, p.1-15, 2009.

SCHMITZ. Aline Motter. DOS SANTOS. Roselí Alves. **A Divisão Sexual Do Trabalho Na Agricultura Familiar**. 2013.

SCHUCHMANN, Alexandra Zanella; SCHNORRENBURGER Bruna Luiza; CHIQUETTI, Maria Eduarda; GAIKI, Raiane Suzana; RAIMANN, Bruno Wensing; MAEYAMA, Marcos Aurélio: Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. **Brazilian journal of development**, 2020.

Scott L. Greer; Elizabeth J. King; Elize Massard da Fonseca & Andre Peralta-Santos. *The comparative politics of COVID-19: The need to understand government responses*. **Global Public Health Journal**. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17441692.2020.1783340>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

TELO. Florita Antônio Cuhanga. Mulheres e comércio (informal) em Luanda: um olhar para além da crise pandémica de COVID-19. **Revista Espaço Acadêmico**. Edição Especial - junho/2021, Ano XXI.

UNICEF GUINÉ-BISSAU. **Comunicado de imprensa**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/guineabissau/pt/comunicados-de-imprensa/136800-doses-de-vacinas-contr-a-covid-19-doadas-pela-fran-a7a-chegam-a-quin-a9>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

VILLAR-TORIBIO, Cristina Del. **“Somos guerreiras, reinventamos, resistimos”**: análise da situação das mulheres na cidade de Maputo durante a pandemia COVID-19. **Revista Espaço Acadêmico**. Edição Especial- junho/2021.